

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) Nº 06.2017.00006368-4.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **JEFFERSON CONSTATE MACEDO**, brasileiro, solteiro, CPF nº 049.820.869-90, RG nº 4.530.310, com endereço na Rua Lauro Manoel de Souza, nº 147, bairro Colônia Santana, São José/SC, telefone (48) 99905-5881, doravante denominado compromissário, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85 (Lei da Ação Civil Pública), e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- Que o Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não havendo a possibilidade de reparação por meio das medidas indicadas no artigo anterior ou não sendo elas suficientes para assegurar o resultado prático equivalente ao adimplemento total das obrigações, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou averiguado no **Inquérito Civil Público nº 06.2017.00006368-4**, cujos documentos coligidos dão conta que o compromissário realizou intervenção em área de 1.744 m² (mil e setecentos e quarenta metros quadrados), considerada de preservação permanente, mediante terraplanagem, canalização de curso d'água e construção/reforma de estábulo, além de danificar 2.924 m² (dois mil e novecentos e vinte e quatro metros quadrados) de vegetação do bioma da mata atlântica, por meio de corte raso, promovendo, destarte, danos ao meio ambiente, sem qualquer tipo de autorização ambiental;

- O apurado por vistoria realizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FMADS), em 23 de novembro de 2017, objeto do Relatório Ambiental nº 291/2017/FMADS/SJ que indica vegetação nativa abundante no entorno, manutenção e obediência ao embargo das atividades na área e a existência de área de preservação permanente com solo exposto e pontos de erosão;

- Que se trata de pequena propriedade que desenvolve a longa data atividade de característica familiar, sendo razoável a manutenção do estábulo onde foi instalado há aproximadamente 25 (vinte e cinco) anos, fato que será compensado por meio do enriquecimento das

áreas de preservação permanente de seu entorno e da nascente;

- Que as eventuais infrações penais são independentes e serão averiguadas em separado;

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, nos seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula 1ª - O compromissário **Jefferson Constante Macedo**, assume os seguintes compromissos, consistentes em obrigações de fazer:

a) Promover a recuperação ambiental das áreas atingidas, com 1.744 m² (mil e setecentos e quarenta metros quadrados) e 2.924 m² (dois mil e novecentos e vinte e quatro metros quadrados), indicadas no Relatório de Fiscalização nº 073/2017, da Polícia Militar Ambiental, acostado ao Inquérito Civil Público inicialmente indicado, no prazo de 90 (noventa), mediante o plantio de mudas de espécies nativas do bioma da mata atlântica, que deverão ser obtidas a suas expensas (do compromissário) e em quantidade suficiente para atender ao replantio das áreas atingidas, ordenadas de 2 (dois) em 2 (dois) metros, que deverão ser protegidas e contarem com placas indicativas da espécie, zelando para eventual substituição das mudas em caso de não germinação ou evolução do crescimento;

b) Compromete-se a não promover novas modificações ou acréscimos no estábulo, a exceção de manutenção de rotina, sem obtenção das autorizações necessárias dos Órgãos competentes; e

c) Apresentar material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), para atestar o atendimento do item "a", juntando, ainda, igual relatório fotográfico de acompanhamento da revegetação, a cada 90 (noventa) dias, pelo período de 1 (um) ano, para comprovação da evolução da reconstituição da vegetação nativa nos locais antes referidos.

Cláusula 2ª - O compromissário **Jefferson Constante Macedo** compromete-se, ainda, a desfazer a canalização do curso d'água, promovendo a proteção das margens do curso d'água existente na propriedade, com o plantio de espécies naturais da mata atlântica, como indicado no item "a", da Cláusula 1ª, acima, apresentando material

fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), para atestar o cumprimento deste item, no prazo de 60 (sessenta) dias;

Cláusula 3ª - Por fim, como medida pecuniária compensatória, o compromissário **Jefferson Constante Macedo**, se compromete, também, a recolher a quantia equivalente a R\$ 1.000,00 (um mil reais), em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, mediante guias de recolhimento obtidas junto a 10ª Promotoria de Justiça de São José, montante a ser adimplido em 4 (quatro) parcelas de 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Cláusula 4ª - Por fim, o compromissário **Jefferson Constante Macedo** assume ainda o compromisso de obter o licenciamento/autorização ambiental através do Órgão responsável para qualquer atividade/intervenção que, doravante, pretenda executar no local, permitido apenas a manutenção do estábulo.

Cláusula 5ª - O **Ministério Público Estadual**, pelo Promotor de Justiça signatário, se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, se cumpridos todos os itens ora ajustados, nos prazos estabelecidos.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 6ª - No final do período de 1 (um) ano deverá ser apresentado pelo compromissário relatório técnico elaborado por profissional habilitado, demonstrando a situação atual das áreas recuperadas, indicando o estágio de recuperação e a necessidade de eventual providência complementar.

DA MULTA:

Cláusula 7ª - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula 8ª - Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula anterior (5ª), o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula 9ª - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados todos os prazos acima estipulados.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 17 de outubro de 2018.

Raul de Araujo Santos Neto
Promotor de Justiça
Curadoria do Meio Ambiente

Jefferson Constante Macedo
Compromissário

Eduardo Freitas Machado
Advogado – OAB/SC 36.817

TESTEMUNHAS:

Fernanda de Medeiros Pagani Luz
RG nº 4.151.184

Thays C. Varela Schumacher
RG nº 5.091.800